

# O papel do usuário: coletivos arquitetônicos e o projeto participativo

The role of the user: architectural collectives and the participatory project

El papel del usuario: colectivos arquitectónicos y el proyecto participativo

Júlio Barreto Gadelha, mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana de São Paulo Mackenzie (FAU-Mack).

Email: [juliobarrettogadelha@gmail.com](mailto:juliobarrettogadelha@gmail.com) 

**Para citar este artigo:** GADELHA, J. O papel do usuário: coletivos arquitetônicos e o projeto participativo. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 196-211, 2025.  
 DOI 10.5935/cadernosplos.v25n2p. 196-211

**Submissão:** 2024-03-19

**Aceite:** 2024-10-29

## Resumo

Este artigo discorrerá sobre como os coletivos de arquitetura e urbanismo, ao considerar a participação do usuário nos processos de projeto e de construção, podem ampliar o papel do usuário, tendo-o como protagonista. Entende-se que tal abordagem é uma alternativa efetiva à abordagem tradicional em que o usuário é apenas um componente projetual, que, por sua vez, não tem se mostrado suficiente e adequada para lidar com as questões complexas que surgem em situações de vulnerabilidade territorial. Para tanto, discorreremos sobre parâmetros relativos às concepções e



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

abordagens referentes ao papel do usuário no processo de projeto. Em um primeiro momento, abordaremos o papel do usuário como componente, conforme estabelecido por uma tradição moderna e europeia, em oposição à possibilidade do papel do usuário como protagonista, identificado no trabalho dos coletivos de arquitetura. Em um segundo momento nos aprofundaremos na noção de coletivos de arquitetura e discutiremos dois estudos de caso: o Coletivo Escola Sem Muros (São Paulo – SP) e o Coletivo Arquitetas da Periferia (Belo Horizonte – MG).

**Palavras-chave:** Projeto participativo; Usuário; Coletivo de arquitetura; Vulnerabilidade social.

## Abstract

This article will discuss how architecture and urbanism collectives, when considering user participation in the design and construction processes, can expand the user's role, having them as protagonists. It is understood that this approach is an effective alternative to the traditional approach in which the user is just a design component, which, in turn, has not proven to be sufficient and adequate to deal with the complex issues that arise in situations of territorial vulnerability. We will discuss parameters relating to conceptions and approaches regarding the role of the user in the design process. Initially, we will address the role of the user as a component, as established by a modern and European tradition, as opposed to the possibility of the user's role as a protagonist, identified in the work of architectural collectives. In a second moment, we will delve deeper into the notion of architectural collectives and discuss two case studies: Coletivo Escola Sem Muros (São Paulo – SP) and Coletivo Arquitetas da Periferia (Belo Horizonte – MG).

**Keywords:** Participatory project; User; Architecture collective; Social vulnerability.

## Resumen

Este artículo discutirá cómo los Colectivos de Arquitectura y Urbanismo, al considerar la participación del usuario en los procesos de diseño y construcción, pueden ampliar el rol del usuario, teniéndolo como protagonista. Se entiende que este enfoque es una alternativa eficaz al enfoque tradicional en el que el usuario es sólo un componente del diseño, que, a su vez, no ha demostrado ser suficiente y adecuado para abordar las problemáticas complejas que surgen en situaciones de vulnerabilidad territorial. Dicho eso, discutiremos parámetros relacionados con concepciones y enfoques sobre el papel del usuario en el proceso de diseño. Inicialmente, abordaremos el papel del usuario como componente, tal como lo establece una tradición moderna y europea, frente a la posibilidad del papel del usuario como protagonista, identificado en el trabajo de los colectivos arquitectónicos. En un segundo momento, profundizaremos en la noción de Colectivos y discutiremos dos casos: Coletivo Escola Sem Muros (São Paulo – SP) y Coletivo Arquitetura na Periferia (Belo Horizonte – MG).

**Palabras clave:** Proyecto participativo; Usuario; Colectivo de arquitectura; Vulnerabilidad social.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

## INTRODUÇÃO

**U**suário, de acordo com sua etimologia, é um termo que deriva do latim *usuarius-lat. usuarius, a, um*, que significa “de que se tem o uso”. Assim, o termo é classificado como: 1. substantivo masculino; aquele que, por direito de uso, serve-se de algo ou desfruta de suas utilidades; os usuários de transportes coletivos; ou 2. adjetivo, que serve, que é próprio para uso.

Esse termo, embora tão presente no vocabulário arquitetônico, necessita ainda de algumas observações para que seu papel seja devidamente esclarecido e valorizado. Predominantemente, o ensino tradicional de projeto de arquitetura volta-se para um processo de caráter individual ou exclusivamente para grupos de profissionais da arquitetura, não contemplando suficientemente a participação dos usuários em todo o processo criativo, muito menos construtivo. Assim, apresenta-se insuficiente para lidar com os problemas complexos de projeto que surgem em diferentes situações territoriais, sobretudo em áreas de vulnerabilidade sócio-histórico-territorial.

Enquanto o projeto de arquitetura é desenvolvido em escritórios isolados ou na sala de aula, distante da realidade dos futuros usuários, perde-se o encontro com o território real, que poderia despertar uma série de percepções importantes para a adequação da arquitetura ao contexto social e ambiental. De acordo com uma pesquisa uma pesquisa realizada no ano de 2015 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e pelo Instituto Datafolha, o serviço do arquiteto é dedicado a apenas 15% da sociedade – porcentagem essa representada pela parcela de maior poder econômico. Dados como esses demonstram que é urgente ampliar o acesso à arquitetura e, assim, agir para que essa atividade profissional cumpra sua função social e ambiental. No Brasil, país com altos índices de desigualdade social, a problemática da arquitetura deve ser enfrentada internamente, ou seja, a partir do território, o que pressupõe, naturalmente, a inclusão dos territórios socialmente vulneráveis.

Com isso em vista, partindo de uma caracterização do termo usuário como um conceito que define parâmetros para a compreensão de um processo projetual, este artigo, em um primeiro momento, irá discorrer sobre as noções de “usuário componente” e de “usuário participativo”. Em um segundo momento, aprofundando na noção de “usuário participativo”, comentaremos ações de Coletivos de arquitetura, em especial no Brasil do século XXI. Serão apresentados dois estudos de caso: O Coletivo Sem Muros (São Paulo – SP) e o Coletivo Arquitetura na Periferia (Minas Gerais - MG).

### Usuário como componente X usuário como protagonista

Pode-se considerar que existem ao menos duas categorias adquiridas pelo usuário nos processos projetuais: o usuário como componente, tratado como

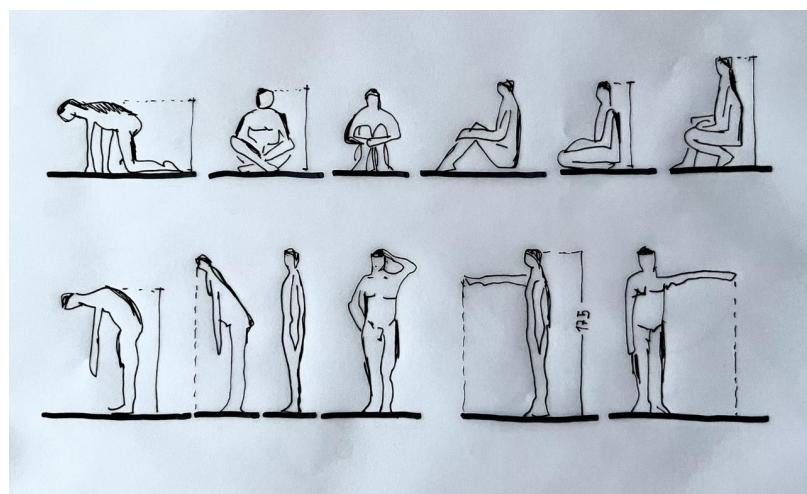


apenas mais um elemento de projeto dentre categorias técnicas; e o usuário como protagonista, contemplado em cada etapa do projeto, em diferentes abordagens e considerado em todos os aspectos do programa arquitetônico.

### Usuário como componente

Historicamente, na área da arquitetura e do urbanismo, considerou-se o usuário como algo externo ao projeto. Diversas publicações canônicas – das quais abordaremos algumas – trabalham com a ideia do usuário como mero componente, outra peça da engrenagem que move todo o projeto, mas que não toma parte das decisões e escolhas do projeto, sendo apenas mais um elemento que compõe o programa de necessidades.

As conhecidas definições de Ernst Neufert, no livro *A arte de projetar em arquitetura* (2011 [1936]), por exemplo, seguem um padrão único para o usuário como componente de projeto, que é o corpo do sexo masculino de 1,75 m de altura. Em sua 17<sup>a</sup> edição, a obra, em constante atualização pelo seu filho Peter Neufert, é uma publicação que foi e ainda é muito usada para consultar parâmetros no dimensionamento dos ambientes em relação ao usuário, além de sua função de apoio ao profissional na hora do desenvolvimento do projeto. Logo na introdução, na seção “O homem como unidade e o objeto de medida”, Neufert expõe que o trabalho foi uma sistematização das normas alemãs espalhadas por vários órgãos e setores para prestar um auxílio ao trabalho dos arquitetos. Salienta, porém, que os modelos não são fechados e estáticos, devendo ser adaptados de acordo com a situação de cada ambiente e suas especificidades, atendendo às determinações do programa.



*Figura 1: O homem padrão de Neufert com 1,75 m e seu deslocamento no ambiente.*  
Fonte: Neufert, 2011.

Já para Le Corbusier (1953 [1948]), em seu método de proporção Modulor, a figura humana masculina media 1,83 m de altura, articulando as unidades de medida e



as disposições dos elementos de projeto e atuando como componentes para a concepção do projeto funcional ideal de um novo tempo. Com isso, a definição de usuário passa a ser não só semântica, mas também estabelecida como unidade de medida.

Nota-se como o movimento moderno definiu o usuário de forma genérica no sentido do “Homem Ideal”, aquele que está apto a usufruir dos espaços pensados e projetados para atender à sociedade da melhor forma possível e de acordo com a função adequada. Uma vida programada em que a cultura e o lazer têm hora e setores apropriados para serem exercidos e vivenciados. O trabalho e a habitação são organizados para que esse *homem ideal* tenha liberdade de escolher o próprio caminho, norteado pela razão.



*Figura 2: Modulor de Le Corbusier, de 1946 – a Idealização do Homem Universal.*

Fonte: cFlickr, Eager.

Esse “Homem Ideal”, genérico e sem identidade, foi o modelo padrão adotado de usuário dos espaços. Genérico e sem identidade, pois não consideram diferenças de gênero, raça e idade para conceber a arquitetura que, nessa concepção, era entendida como a “A Máquina de Morar”. A máquina é apresentada como modelo no exemplo de como os métodos de projetos arquitetônicos e processos construtivos devem acontecer ao longo de todo o sistema de produção da arquitetura. A simplificação da leitura do desenvolvimento de um projeto arquitetônico feito com essa abordagem reduz ainda mais o significado



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

do usuário a uma condicionante do programa de necessidades, e não a uma determinante, como deve ser. Com isso, quando se define um homem padrão, fica estabelecida de vez a redução do entendimento do papel do usuário e de sua importância nas decisões e escolhas de projeto. É possível perceber, portanto, como o movimento moderno se colocou como definidor de parâmetros em busca de modelos universais na forma de perceber o mundo e, a partir de planos e programas protótipos, propor soluções que, pretensamente, poderiam ser usadas em qualquer território e em qualquer cultura.

O sistema de proporções, estabelecido a partir das relações propostas por Le Corbusier, tem sua origem em um resgate de outros arquitetos que analisam interações a partir de uma perspectiva numérica e das equações matemáticas, ao estabelecerem quais as relações das medidas dos corpos humanos e seus significados e rebatimentos na natureza. No entanto, a expansão do mundo e a conexão entre os povos fazem com que os padrões locais não mais sejam adequados. Percebe-se, então, que uma linguagem comum seria necessária para se fazer a construção desse novo mundo, dando início ao processo de padronização já comentado a partir de Neufert.

### **Usuário como protagonista**

Em contraste com a arquitetura moderna, alternativas contemporâneas buscam resgatar características espaciais que valorizem a experiência humana, trazendo emoções, sensibilidade e identidade ao ambiente, conectando as particularidades do usuário ao contexto da moradia.

O entendimento de como o usuário passa a ser percebido é crucial para uma mudança de cenário. Esse novo usuário é visto não apenas como integrante de algo maior (a sociedade), de modo a levar a arquitetura contemporânea a reelaborar antigos e a propor novos parâmetros que integrem noções de coletividade e necessidades individuais, pensamento antagônico àquele preconizado pelos ideais modernistas que definiam o modelo de um indivíduo genérico.

Herman Hertzberger (1991), por exemplo, em sua obra intitulada *Lições de Arquitetura*, apresenta as situações do cotidiano em experiências práticas nas quais a teoria estabelece a ligação com os elementos da arquitetura que, por sua vez, fornecem exemplos para as relações entre conteúdo teórico e ambiente construído, constituindo-se na base do ensino de projeto. Nesse contexto, o arquiteto retrata o papel do usuário como elemento fundamental da interação entre forma e espaço. Para Hertzberger, a relação que se estabelece entre o usuário e a arquitetura requer um intercâmbio entre essas duas entidades na forma como se comportam e interagem. O papel do arquiteto está em entender como a arquitetura sugere, a partir de suas composições e articulações, as possibilidades entre espaços, formas e usuário.





*Figura 3: Criando espaços, deixando espaços. Escola Montessori, Delft.*

Fonte: Herman Hertzberger (1960-1966, p. 155).

É também um exemplo dessa mudança de perspectiva a proposta de Christopher Alexander em seu livro *Uma linguagem de padrões* (1977). Nessa obra, Alexander sintetiza situações e elementos do cotidiano a partir de um olhar técnico e analítico sobre qualidades e defeitos de determinadas escolhas de padrões que se repletam e se refletem na dinâmica do crescimento urbano – desde núcleos de vizinhança até trechos maiores de cidade. Esse mecanismo pode ser utilizado como elemento de planejamento no processo de projeto para antecipar escolhas, sendo incorporado na metodologia participativa que promove a interação entre arquitetos e usuários. Por meio do diálogo e da troca de conhecimentos baseados em experiências vivenciadas, estabelece-se uma abordagem que conecta parâmetros e aproximações entre a arquitetura e o ser humano. Assim, a proposta de projeto emerge da combinação dos princípios técnicos e sensíveis dos arquitetos com as necessidades e saberes dos usuários.

Já no Brasil, ainda no período predominado por uma ideia da arquitetura moderna, Sergio Ferro surge como uma das primeiras referências ao discutir o método de produção da habitação no país. Ferro aborda a relação entre o desenho arquitetônico, o sistema construtivo das moradias, as condições de trabalho operário na cadeia produtiva e a alienação gerada pela falta de integração do usuário nos processos decisórios.

Vale destacar também o papel de Lina Bo Bardi e João Filgueiras Lima, o Lelé. A arquiteta Lina Bo Bardi, em sua trajetória, desenvolve e amplia sua percepção sobre o papel das pessoas e sobre a identidade popular na produção da arquitetura. Quando é convidada a dirigir o Museu de Arte Moderna, em Salvador, na Bahia entre 1950 e 1960, com suas pesquisas e buscas incessantes para compreender aquela arte, Bo se relaciona com a sabedoria popular e desenvolve diversas exposições sobre o tema. Em 1976, inicia a colaboração com André Vainer e Marcelo Ferraz e projeta a Igreja Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia, Minas Gerais, trabalho no qual a participação popular também foi característica marcante durante todo o processo de projeto que só termina com a entrega da obra em 1982 (Instituto Lina Bo Bardi, 2012-2013). Em 1977, iniciou-se o projeto do Centro de Lazer do Sesc – Fábrica da Pompeia, decididamente, uma obra ao usuário. De acordo com Montaner (2001, p. 18), sua obra



[...] é uma antecipação de certos aspectos na discussão sobre a questão participativa e os conceitos do saber fazer popular no processo construtivo, e de como perceber as questões culturais históricas na hora de projetar como conhecimento pertinente erudito e acadêmico científico para o aprimoramento das estratégias projetuais, “mediante a mimese, sua obra reconcilia-se com a natureza e com o usuário”.

Enquanto Lelé, com sua arquitetura humana e tecnológica, dentro de especificações técnicas e de parâmetros altamente racionalizados, consegue elevar o papel do usuário a um patamar superior, como elemento central no desenvolvimento de seus projetos. Isso evidencia-se nos diversos projetos da rede hospitalar Sara Kubitschek, onde o arquiteto estabelece as relações de proporção entre os ambientes, a escala dos usuários em relação aos espaços e diferentes peças do mobiliário, além da magnífica humanização do ambiente hospitalar. Esses são alguns dos atributos usados pelo arquiteto Lelé que, ancorado na técnica e na pré-fabricação, consegue, de forma sensível e humana, inserir o usuário no processo de projeto como protagonista do espaço construído, mesmo tendo por trás um método construtivo extremamente técnico e racionalizado.

### **Coletivos de arquitetura do século XX**

Atualmente, temos a proposta dos coletivos como potente alternativa ao método tradicional de ateliês de arquitetura. Proposta reconhecida, inclusive, por integrantes do Comitê Científico da União Internacional dos Arquitetos (UIA) no artigo “Coletivo: a forma de pensar e fazer arquitetura no século XXI” (2021), ao afirmar que:

Os coletivos têm sido atuantes ao apresentar propostas para a cidade contemporânea. Acho também que é uma forma de organização profissional que responde aos desafios dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho. São afinidades que vêm da universidade e vão reunindo pessoas com os mesmos propósitos.

De modo geral, os coletivos valorizam a ideia do trabalho conjunto participativo, ampliando a diversidade de perspectivas na abordagem e formulação das propostas e, em sua absoluta maioria, o usuário passa a integrar todos os elos da cadeia das várias fases do processo de projeto. Um dos princípios dos coletivos é a percepção de que o ensino de arquitetura deve ser fundamentado nas experiências do saber fazer e do aprender fazendo, com os recursos e materiais disponíveis no local, o que traz a possibilidade concreta de transformação na forma e no grau de apropriação do conjunto de conhecimento da comunidade e das pessoas. Baseiam-se no diálogo, na troca de experiências e no aprendizado mútuo durante



o processo projetual participativo, com uma escuta ativa e um processo constante de reavaliação sobre como intervir no território e suas consequências.

Nos coletivos, as metodologias são mobilizadas de forma dinâmica e passam a funcionar de acordo com o espírito e a atividade de cada situação, comunidade, cliente ou grupo de usuários. Essa nova relação entre teoria e prática por parte de arquitetos e arquitetas, a partir da possibilidade de experimentar o processo construtivo e formas de atuação como um resgate de certos princípios fundamentais e caros para a arquitetura, permite que, não só as questões sobre forma e estrutura façam parte do debate arquitetônico, mas que o próprio sujeito – o usuário – tenha papel central na discussão sobre o processo e o programa de necessidades do projeto. A seguir, nos aprofundaremos nos estudos de caso do *Coletivo Sem Muros*, no estado de São Paulo, e *Arquitetura na Periferia*, no estado de Minas Gerais.

### **Coletivo Sem Muros**



*Figura 4: Dinâmica de grupo dos trabalhos manuais no canteiro de obras com a comunidade e o Coletivo Sem Muros na imersão no Jardim Damasceno.*

Fonte: Júlio Gadelha, 2018.

O Coletivo Sem Muros é um escritório colaborativo que pensa na reflexão sobre o fazer arquitetônico como algo essencial no desenvolvimento dos trabalhos propostos. O grupo tem algumas premissas básicas como: arquitetura de baixo impacto, a filosofia da permacultura como norteadora das ações sobre escolhas projetuais, a relação com o usuário e sua participação no desenvolvimento das etapas de projeto em uma escuta atenta e um diálogo franco, a construção como elemento do saber, ou seja, a técnica do fazer ou o aprender fazendo. A participação é vista não como componente de projeto, mas como atividade intrínseca ao processo projetual. O ambiente de trabalho também é um lugar de aprendizado e reflexão sobre os rumos e as possibilidades de transformação que a arquitetura pode desencadear.



Destaca-se, entre suas diversas atividades, no final de 2017, o projeto Escola Sem Muros. Nesse projeto, o coletivo parte para a execução de um Galpão Cultural no Jardim Damasceno, na periferia do município de São Paulo. Para tanto, propõe-se um financiamento coletivo para angariar fundos para a compra de materiais e construção desse espaço cultural. Tivemos a oportunidade de integrar ativamente nesse processo, como participante, colaborador e apoiador, desde a etapa de financiamento até a atividade total de imersão, realizada em janeiro de 2018.

No processo de imersão no Jardim Damasceno, a ideia geral do projeto do Galpão Cultural foi desenvolvida em etapas com os moradores, enquanto o projeto final era detalhado pelos arquitetos e arquitetas do estúdio antes do início das obras. Durante a imersão, realizaram-se inúmeras atividades: oficinas para a construção da estrutura de bambu do galpão, um plano diretor participativo com crianças, jovens e idosos da área de entorno do espaço cultural, rodas de conversas com temas variados como aproveitamento de resíduos, educação, meio ambiente, além de dinâmicas de comportamento e autoconhecimento. Todas essas práticas e teorias estavam conectadas ao trabalho participativo ao longo de todo o dia. Havia a preocupação sincera de perceber o outro e de todos trabalharem juntos. Do projeto à execução. Do arquiteto ao usuário.



*Figura 5: Desenvolvimento do projeto colaborativo do Galpão Cultural Jardim Damasceno.*

*Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.*

A proposta do coletivo Escola Sem Muros para o Jardim Damasceno propõe uma reflexão para a sociedade em geral e para profissionais da arquitetura, em particular, no sentido de apontar mudanças necessárias no processo de projeto. Isso porque, como vimos, de início e sob uma certa tradição, o projeto entendido como algo abstrato e que só depois de materializado seria preenchido e utilizado pelos usuários. Em outras palavras, é preciso reconhecer no arquiteto alguém que faz parte de um todo maior, alguém que atua como colaborador de um processo, como técnico, como estimulador da criatividade do grupo, como facilitador gráfico e, em outros momentos, como participante efetivo.

A discussão participativa sobre o mesmo território, mas com diferentes olhares, enriqueceu a leitura sobre o território. O



contraponto de percepção sobre o espaço verificado entre aqueles que habitavam a região e aqueles que estavam lá só de passagem, nos dez dias de imersão, verificar-se-ia um caldeirão rico em possibilidades de transformação. A construção de um projeto colaborativo e participativo, deveria sempre partir dessa premissa básica, que é a diversidade de atores, de gênero, classe social, faixa etária, raça, entre outros critérios (Gadelha; Lotufo, 2019, n. p.).

Com esse projeto, portanto, esse coletivo propõe que o profissional da arquitetura não mais seja visto pelo usuário como alguém com pleno e absoluto controle do processo ou que tudo decide, mas como um parceiro da construção coletiva de uma intenção, um participante especial que domina o instrumental necessário para qualificar o produto resultante.



*Figura 6: Grupo responsável pela reforma do espaço cultural Jardim Damasceno.*  
Fonte: Fotografia de Tatiana Zaratin, 2018.

### Coletivo Arquitetura na Periferia



*Figura 7 e 8: Moradoras reformando a residência de Simone com o coletivo Arquitetura na Periferia.*  
Fonte: Arquitetura na Periferia, s. d.

O Coletivo Arquitetura na Periferia surge a partir da constatação da arquiteta Carina Guedes de Mendonça que, desde seus anos da graduação, verifica a má qualidade das habitações na periferia de Belo Horizonte. Guedes, então, aprofunda suas reflexões no grupo de pesquisa da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, em julho de 2014, apresenta sua



dissertação de mestrado intitulada “Arquitetura na Periferia. Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres”. Nela, Guedes expõe a intenção de fazer a arquitetura necessária, uma arquitetura da urgência e o desejo que essa ação se transforme em instrumento de empoderamento concreto da liderança feminina na construção de suas casas, e também no desenvolvimento participativo de comunidades locais, mais solidárias e atentas a seus direitos e deveres como cidadãos. Aos poucos, Guedes e suas parceiras aprimoraram seus métodos e conseguem ampliar o atendimento a um número maior de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Na busca de dar maior visibilidade ao programa e estabelecer uma linha constante de financiamento, para não interromper os projetos em andamento e ainda ampliar a identificação do número de famílias nas quais a mulher é provedora, a equipe define uma estratégia de divulgação da filosofia e do método de trabalho. Essa estratégia baseia-se no processo projetual participativo e na construção e capacitação comunitária feminina por meio de oficinas, palestras e eventos. Para tanto, na plataforma virtual de financiamento coletivo, desenvolveu-se um canal destinado a receber doações constantes para o programa. Desde 2015, o projeto iniciado pelo Coletivo Arquitetura na Periferia tem sido executado por meio da Associação Arquitetas Sem Fronteiras – ASF Brasil.

Somos um projeto que visa à melhoria da moradia para mulheres da periferia, por meio de um processo onde elas são apresentadas às práticas e técnicas de projeto e planejamento de obras e recebem um microfinanciamento para que conduzam, com autonomia e sem desperdícios, as reformas de suas casas. Ao invés de oferecer um produto, buscamos favorecer a autonomia das participantes, ampliando sua capacidade de análise, discussão, prospecção, planejamento e cooperação, o que por fim leva a um aumento de sua autoestima e confiança. NOSSA MISSÃO: Produzir e coletivizar informação e conhecimento fortalecendo vínculos comunitários por meio do protagonismo da mulher em toda a sua diversidade. Somos, antes de tudo, pessoas que acreditam no poder transformador do trabalho em prol de um mundo mais justo. Atuamos de forma independente desde 2014, a partir da captação de recursos e consolidação de parcerias que nos possibilitam evoluir cada vez mais expandindo a nossa atuação. Desde 2015 o projeto tem sido executado por meio da Associação Arquitetas Sem Fronteiras – ASF Brasil, entidade que desenvolve diversas ações e projetos relacionados à produção do espaço urbano e rural junto a comunidades e movimentos sociais. No ano de 2018, com o crescimento do projeto, o Arquitetura na Periferia se institucionalizou através da criação do Instituto de Assessoria à Mulheres e Inovação, o IAMI, que pretende



abrigar novos projetos que visem à equidade de gênero e ao combate às desigualdades sociais. (Arquitetura na Periferia, 2020, s. p.)

O grupo acredita que o termo a ser usado para se referir ao profissional de arquitetura é “facilitador”, e não “projetista”. O processo desenvolvido pelo grupo parte da capacitação de mulheres em territórios de vulnerabilidade social. Elas conseguem, com a colaboração de outras mulheres, reformar a casa ou uma parte dela. O processo de projeto, ou facilitação, concerne em orientar para que a usuária tire as medidas da casa e a desenhe da forma que puder. Depois esse desenho é ajustado em conversa com as arquitetas para, então, ser redesenhadado em escala pela arquiteta utilizando programas de computador. Com a planta escalonada impressa, o desenho volta para uma conversa com a usuária que recebe um kit de mobiliário nessa mesma escala para estudar a melhor configuração. Definido o arranjo, finaliza-se o projeto com a elaboração do orçamento da obra e a quantificação de materiais. Antes do início da obra, pequenos cursos de capacitação, como assentar tijolo, fazer massa, reboco etc., são dados pela própria coordenadora das operações do coletivo. Vê-se que nesse processo a arquiteta aparece, então, como facilitadora, e o espaço é transformado e percebido pela usuária, que tem papel participativo.



*Figura 9: Discussão do projeto entre integrantes do coletivo Arquitetura na Periferia e as moradoras usuárias.*

Fonte: Arquitetura na Periferia, s. d.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passar por uma compreensão entre diferentes modos de trabalhar com a noção de usuário na área da arquitetura e do urbanismo, foi possível perceber que a tradição de raízes modernas e europeias tende a trabalhar com a noção de



usuário como componente, ao passo que há um deslocamento dessa perspectiva no movimento moderno brasileiro e na arquitetura contemporânea de um modo geral, trabalhando com a noção de usuário participativo. Nesse sentido, atualmente, destacam-se os trabalhos dos Coletivos.

O modo dos Coletivos de Arquitetura trabalharem a relação com os usuários, ao longo de seus processos de projeto, aponta para formas renovadas de abordagem do processo de concepção projetual na arquitetura. O saber técnico e o saber popular articulam-se de modo a lidar com os problemas complexos de projeto que surgem da vulnerabilidade territorial urbana. De modo geral, os coletivos valorizam a ideia do trabalho participativo, ampliando a diversidade de perspectivas na abordagem e formulação das propostas e, em sua absoluta maioria, o usuário passa a integrar todos os elos da cadeia das várias fases do processo de projeto.

Enfim, a mudança de coordenadas no trabalho do arquiteto trazida por esses coletivos é muito significativa. Há uma transformação dos dois elementos básicos tradicionais: a autoria perde espaço para o processo e o coletivo, rejeitando-se o predomínio individualista do ego do autor; e a obra, que antes era reconhecida apenas no edifício construído, no objeto, agora passa a ser um processo que pode se concretizar em programações, assessorias, mediações, ações reivindicativas, organização de itinerários, reabilitações, comitês, publicações, vídeos, expressão em novas mídias como sites e blogs, e muitas outras atividades. As ações dos coletivos defendem a necessidade da arquitetura e mostram que ela pode ser desenvolvida pela exploração de caminhos muitos diversos (Montaner, 2017, p. 155).

Essa nova relação entre teoria e prática por parte de arquitetos e arquitetas, a partir da possibilidade de experimentar o processo construtivo e formas de atuação como um resgate de certos princípios fundamentais e caros para a arquitetura, permite que, não só as questões sobre forma e estrutura façam parte do debate arquitetônico, mas que o próprio sujeito, o usuário, tenha papel central na discussão sobre o processo e o programa de necessidades do projeto. Características essas que foram identificadas em ambos os estudos de caso apresentados. Tanto para o Coletivo Sem Muros quanto para o Coletivo Arquitetura na Periferia, o ponto fundamental da ação é a escuta ativa. Abre-se um canal para primeiro escutar o que o usuário tem a dizer e perceber quais são as suas expectativas, de modo que todo o projeto seja concebido com diálogo e de forma participativa.

A questão em comum colocada por essas iniciativas contempla um processo que valoriza a participação e o pensamento coletivo sobre determinadas situações, além de ampliar o leque de possibilidades de interpretação, percepção e atuação



sobre os princípios e fundamentos que regem a arquitetura na inter-relação com o usuário, que é a essência para se lidar com os problemas complexos de projeto que surgem de situações de vulnerabilidade territorial urbana. As iniciativas estudadas demonstram ainda que o modelo participativo na concepção de projeto não subtrai as escolhas pessoais do indivíduo, podendo até mesmo valorizar a identidade e a diversidade de situações, na proposta e na resposta ao problema de projeto. Por fim, amplificam a ideia da participação do usuário no processo projetual, não mais como condicionante do programa de necessidades ou componente de projeto definidor de proporções e escalas dos ambientes, mas, sim, como sujeito, como parte essencial do processo de projeto.

Além disso, os espaços utilizados pelos Coletivos de Arquitetura – físicos em seus ateliês, itinerantes nas comunidades ou mesmo nas salas virtuais da rede mundial de computadores – traduzem um espírito de transformação de novas práticas e abordagens para lidar com os complexos problemas de projeto que surgem da vulnerabilidade territorial urbana. O conceito de comunicação aberta, com um diálogo claro entre arquitetos e usuários, e uma participação ativa da comunidade no processo de projeto, desde a concepção até a execução, é fundamental para a mudança de paradigma do ensino/aprendizagem nos cursos de Arquitetura e Urbanismo das instituições brasileiras de ensino superior.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, C. *Notes on the synthesis of form*. 9th ed. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

ALEXANDER, C. *Uma linguagem de padrões. A pattern language*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ARELLANO, M. Sobre o deslocamento do corpo na arquitetura: o Modulor de Le Corbusier. *ArchDaily Brasil*, 24 fev. 2019. Tradução: Julia Daudén. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/911962/sobre-o-deslocamento-do-corpo-na-arquitetura-o-modulor-de-le-corbusier>. Acesso em: 22 dez. 2020.

AULETE. Usuário. *Dicionário Aulete Digital Houais*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/usuario>. Acesso em: 10 out. 2020.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). Comparativo dos censos de arquitetas e arquitetos e urbanistas do Brasil 2012 (I) e 2020 (II). Cau/BR, 2020. Disponível em: <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Comparativo-Censo-2012-2020.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024

FERRO, S. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto editores associados, 1979.

FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. Coleção Face Norte, v. 9. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

GADELHA, J. B. IV JORNADA DISCENTE DO PROGRAMA. Programa de Pós-graduação Mackenzie. São Paulo: FAU-Mackenzie, 2018.

GADELHA, J. Relatoria nos anais do Fórum ATHIS. *Athis*. 2019. Disponível em: <http://www.athis.org.br/forum-athis/>. Acesso em: 10 out. 2020

GADELHA, J.; LOTUFO, T. Estratégias de projeto participativo em áreas de vulnerabilidade social. In: ENANPUR, 17., 2019. *Anais...* Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=128>. Acesso em: 24 fev. 2024.

HERTZBERGER, Herman. Lições de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2.ed., 1999.

LE CORBUSIER. *El modulor*. Buenos Ayres: Poseidon, 1953.

LE CORBUSIER. *El modulor 2*. Buenos Ayres: Poseidon 1962.

MENDONÇA, C. G. de. *Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MONTANER, J. M. *Depois do movimento moderno*. Arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2015.

MONTANER, J. M. *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. Barcelona: Editoria Gustavo Gili, 2017.

NEUFERT, E. *Arte de projetar em arquitetura*. 17. ed. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2011.

NEUFERT, P.; NEFF, L. *Casa apartamento jardim*. Projetar com conhecimento. Construir corretamente. 2. ed. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2007.

UIA2021RIO. Coletivo: a forma de pensar e fazer arquitetura no século XXI. *Ula 2021 Rio*, 2021. Disponível em: <https://www.uia2021rio.archi/coletivo-a-forma-de-pensar-e-fazer-arquitetura-no-seculo-xxiN113pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.